

NAS ONDAS DO AUTORITARISMO: O RÁDIO E A DIPLOMACIA PÚBLICA DO DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL

Matan Ankava*

Resumo: O presente artigo se propõe a analisar o uso da radiodifusão pelo governo varguista, no período entre 1934-1937. Em particular, procuramos reconstituir a atuação do Departamento de Propaganda e Difusão Cultural e seus intercâmbios radiofônicos, realizados através do programa oficial do governo, Hora do Brasil. Resgatando os projetos e ações conduzidas pelo DPDC, buscamos revelar sua cooperação com os aparatos radiofônicos do nazismo e do fascismo, transformando a radiodifusão em uma força inédita de diplomacia pública, que permitiu ao governo aproximar-se desses regimes, enquanto disponibilizava ao totalitarismo europeu um espaço privilegiado na mídia, e canal direto para a população brasileira. Por meio desta investigação, procuramos evidenciar que, mesmo antes do DIP e da estatização da Rádio Nacional, o governo varguista já vinha utilizando os meios de comunicação, e em particular o rádio, na edificação e promoção do seu projeto autoritário.

Palavras-chave: História do Rádio; Hora do Brasil ; Diplomacia Pública.

AUTHORITARIANISM ON THE AIR: RADIO AND THE PUBLIC DIPLOMACY BY THE DEPARTMENT OF PROPAGANDA AND CULTURAL DIFFUSION

Abstract: This article aims to analyze the use of radio broadcasting by the Vargas government in the period 1934-1937. In particular, we seek to reconstruct the work of the Department of Propaganda and Cultural Diffusion and its radio exchanges, carried out through the official government program, *Hora do Brasil*. By revisiting the projects and actions carried out by the DPDC, we sought to reveal its cooperation with the radio apparatuses of Nazism and Fascism, transforming broadcasting into an unprecedented force of public diplomacy, which allowed the government to get closer to these regimes, while providing European totalitarianism with a privileged space in the media and a direct channel to the Brazilian population. Through this investigation, we have tried to show that, even before the DIP and the nationalization of Rádio Nacional, the Vargas government had already been using the media, and radio in particular, to build and promote its authoritarian project.

Keywords: History of Radio; Hora do Brasil ; Public Diplomacy.

* Doutorando no Programa de Pós-graduação em História Social, (FFLCH, USP). E-mail: Matan.ankava@gmail.com. Orcid:0000-0002-6351-8574

EN LAS ONDAS DEL AUTORITARISMO: LA RADIO Y LA DIPLOMACIA PÚBLICA DEL DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA Y DIFUSIÓN CULTURAL

Resumen. Este artículo pretende analizar el uso de la radiodifusión por el gobierno de Vargas entre 1934 y 1937. En particular, se trata de reconstruir el trabajo del Departamento de Propaganda y Difusión Cultural y sus intercambios radiofónicos, realizados a través del programa oficial del gobierno, Hora do Brasil. Al revisar los proyectos y acciones realizados por el DPDC, buscamos revelar su cooperación con los aparatos radiofónicos del nazismo y del fascismo, transformando la radiodifusión en una fuerza de diplomacia pública sin precedentes, que permitió al gobierno acercarse a estos regímenes, al tiempo que proporcionaba al totalitarismo europeo un espacio privilegiado en los medios de comunicación y un canal directo a la población brasileña. A través de esta investigación, hemos intentado demostrar que, incluso antes del DIP y de la nacionalización de Rádio Nacional, el gobierno de Vargas ya utilizaba los medios de comunicación, y la radio en particular, para construir y promover su proyecto autoritario.

Palabras clave: Historia de la Radio ; Hora do Brasil ; Diplomacia Pública.

Introdução

Em um estudo realizado em plena Ditadura Militar, Robert Levine enfatizou que a implementação do Estado Novo, e o fato dela enfrentar pouca contestação, se deveu ao contexto político formado ao longo dos anos que sucederam ao levante da Aliança Liberal. Neste sentido, apontou para o período de 1934-1938 como os “anos críticos” do regime varguista, durante os quais Vargas e seus aliados superaram seus principais opositores e difundiram sua agenda política, consolidando as condições necessárias para a sustentação de um regime ditatorial no Brasil.¹

A consulta à bibliografia sobre a história da mídia no período varguista, em particular aquela do rádio, que alcançou ao longo dos anos 1930 a liderança do meio comunicacional, sugere que as diretrizes de Levine foram pouco aproveitadas. Enquanto o Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), instalado em 1939, e a Rádio Nacional, estatizada em 1940, configuram entre os objetos mais explorados pelos estudos da radiodifusão brasileira, o emprego deste meio de comunicação no período que antecede o Estado Novo mereceu atenção significativamente menor.

¹ LEVINE, Robert M. O regime de Vargas: os anos críticos, 1934-1938. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1980.

O resultado deste quadro, consideramos, é a perda de fatos e indício de peso, cuja recuperação permitiria – permite – um entendimento mais aprofundado e complexo do regime varguista. Uma análise das estruturas e estratégias de comunicação forjadas após a chamada Revolução de 1930 permite observar a constante e contínua intensificação do controle estatal sobre os meios de comunicação, e particularmente o rádio, num período marcado pela disseminação deste e pela massificação cultural e política vivenciada no país. Sob esta perspectiva, o Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), criado uma semana antes da promulgação da Constituição de 1934, apresenta-se como um braço executivo fundamental da propaganda governamental, gestando os aparelhos de censura e produção que terão sua forma mais acabada no DIP.

Uma condição particularmente favorável para a análise da radiodifusão da época se encontra na noção da transnacionalidade que, sem negar a importância do Estado-nação, procura enfatizar a importância das conexões e da circulação, de agentes e ideias, como elementos constituintes da História e da historiografia². No caso do rádio, com sua capacidade até então inédita de alcançar múltiplos ouvintes, em diferentes territórios, trata-se de um entendimento fundamental. Num período histórico em que regimes autoritários, de esquerda e de direita, proliferaram em diferentes partes do mundo, colocando em xeque a hegemonia da democracia liberal, a investigação do regime varguista dentro deste contexto particular é praticamente indispensável.

O rádio como ator e arena política

Desenvolvendo-se lentamente a partir de 1919, quando a Rádio Clube de Pernambuco realizou suas experiências pioneiras, a radiodifusão brasileira dos anos 1920 foi um campo bastante limitado, praticamente restrito a amadores e parcelas das elites locais. Apesar do Estado frequentemente acompanhar e/ou participar dessas experiências³, os governos e as classes políticas se ocupavam do tema de forma pontual e esporádica. Assim, o rádio daquela década

² “A principal exigência de qualquer abordagem transnacional é sua atenção para movimentos, fluxos e circulação, não simplesmente como um tema ou motivo, mas como um conjunto analítico de métodos que define o próprio empreendimento. Em outras palavras, uma preocupação com o transnacionalismo dirigiria a atenção de alguém para o ‘espaço de fluxos’, para tomar emprestado um termo de Appadurai, cujo trabalho do final dos anos 1980 tem sido tão central para a ascensão das abordagens transnacionais”. BAYLY, C. A., et al. “AHR Conversation: On Transnational History.” *The American Historical Review*, vol. 111, no. 5, 2006, pp. 1441–64. JSTOR, <https://doi.org/10.1086/ahr.111.5.1441>. Acesso em 23/05/2024. Tradução livre.

³ Como mostram, por exemplo, os trabalhos de CALABRE (2002) e FERRARETTO (2014).

foi ganhando corpo como fenômeno sociocultural, mas permanecia à margem das disputas políticas institucionais.

A virada para a década de 1930 sinalizava uma grande mudança, que tornaria a radiodifusão um ator e arena política de força e dimensões verdadeiramente inéditas. Na campanha presidencial que ocorreu no início do ano, a Rádio Clube do Brasil transmitiu o comício no qual Vargas e a Aliança Liberal apresentaram suas propostas eleitorais, no dia dois de janeiro⁴; Em contrapartida, Júlio Prestes, associado à Rádio Educadora Paulista, integrou a emissora em na campanha do PRP, cobrando de sua diretoria suprimir qualquer menção ao grupo concorrente.⁵

Também na esfera das relações internacionais a radiodifusão cresceu como agente político:

Prezado Dr. Collor. Nossas edições de hoje publicam a entrevista que V.S. teve a gentileza de conceder ao nosso enviado especial Sr. Waismann, na qual elogia os serviços prestados à causa da revolução pela Emissora LS9 *La Voz del Aire* e pela estação de ondas curtas LU3A, *La Razón*. É para mim uma grande satisfação saber que nossos esforços deram tão bons resultados e que os patriotas brasileiros puderam conhecer a verdade sobre o avanço do Exército de Libertação, por meio da rádio e das notícias de *La Razón*, evitando assim a censura que sustentava o governo derrotado (...) em nome de todos os meus colegas da Seção de Rádio, envio-lhe saudações e votos de um novo e grande Brasil que, com tanta glória, soube organizar-se para seu futuro melhor.⁶

A carta agradecia Lindolfo Collor, liderança gaúcha e um dos articuladores da Aliança Liberal, por seu apoio à “revolução” argentina – o golpe do general Uriburu, contra o governo progressista de Hipólito Yrigoyen. Destacando a capacidade da radiodifusão de superar os instrumentos tradicionais de controle estatal e disseminar mensagens subversivas, a fonte ilumina também a constituição da radiodifusão como espaço de articulação das relações internacionais – aspecto pouco explorado pela pesquisa científica.

O espraçamento da radiodifusão na cultura e na política experimentou avanços consideráveis após a chamada “Revolução de 1930”. Completado o golpe, o novo governo se voltou rapidamente para o campo das comunicações, como indica sua velocidade em regulamentar os serviços de radiocomunicações no país. Primeiro, outorgou-se o Decreto nº 20.047, publicado já em maio de 1931. Tratava-se da primeira alteração do “Regulamento do Serviço Civil de

⁴ <https://www18.fgv.br/CPDOC/acervo/dicionarios/verbete-tematico/radio-clube-do-brasil>

⁵ Sobre a atuação da Educadora, ver TOTA (1990). Mesmo que seja impossível medir o impacto desta campanha, o fato de Prestes obter 90% dos votos no estado paulista – consideravelmente mais do que os Estados adjacentes – sugere que sua propaganda radiofônica obteve efeitos positivos.

⁶ CPDOC, Fundo Lindolfo Collor, LC 30.10.28/3, tradução livre.

Radiotelegrafia e Radiotelefonía”, estabelecido em 1924, e que procurava contemplar mudanças profundas na presença e alcance do rádio no país. O novo governo manteve a exclusividade federal sobre a radiocomunicação, definindo ainda que “o serviço de radiodifusão é considerado de interesse nacional e de finalidade educacional.”⁷ A “orientação educacional” do setor seria formulada pelo Ministério da Educação e Saúde Pública, então sob a chefia de Francisco Campos – que àquela altura já expressava suas afinidades com o fascismo italiano⁸.

O entrelaçamento entre o governo e a produção radiofônica ganhou um salto em fins de 1931, quando a Rádio Club do Brasil iniciou as transmissões de um boletim diário do Departamento Oficial de Publicidade (DOP). Criado em maio daquele ano, e entregue a Antonio Rodrigues de Salles Filho, diretor da Imprensa Nacional, o DOP foi subordinado ao Ministério da Justiça e Negócios Interiores, exemplificando a dispersão dos serviços e responsabilidades no setor radiofônico, distribuídos entre diferentes órgãos governamentais⁹. Poucos meses depois, o serviço foi institucionalizado: o Decreto nº 21.111, promulgado em março de 1932, formalizou a entrada do Estado na esfera da criação artística, através de um “programa nacional”. De retransmissão obrigatória por todas as emissoras, a audição foi destinada a versar-se “sobre assuntos educacionais, de ordem política, social, religiosa, econômica, financeira, científica e artística”¹⁰.

O conflito deflagrado em São Paulo em 09/07/1932 revelou a força dos grupos opositores, e as dificuldades do governo de consolidar a sua autoridade. Ainda, a importante colaboração de emissoras paulistas demonstrou a capacidade do rádio de agir como instrumento de informação

⁷ BRASIL, Decreto 20.047, 27/05/1931. Disponível em: [⁸ No seu discurso de posse como ministro, Campos fez uma alusão direta à retórica de Mussolini, afirmando que “se a revolução conseguiu, ao seu primeiro toque, de reunir, erguer e mobilizar a nação, *fazendo feixe das suas energias*, é que as aspirações revolucionárias no Brasil têm raízes mais profundas e mais amplas e mais largos objetivos do que os aparentes”. CPDOC, GC Pi Campos, F. 1930.11.18. Grifo nosso.](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-20047-27-maio-1931-519074-publicacaooriginal-1-pe.html#:~:text=O%20Governo%20Federal%20exigir%C3%A1%2C%20quando,Art. Acesso 20/05/2024.</p></div><div data-bbox=)

⁹ Nesta linha fazia parte também o Ministério da Viação e Obras Públicas, responsável por aspectos técnicos da radiocomunicação, junto à Comissão Técnica de Rádio, criada pelo decreto de 1931. Em 1936, a Rádio MEC será entregue ao respectivo ministério, e em 1944, foi criada a Rádio Mauá, controlada pelo Ministério do Trabalho.

¹⁰ Decreto 21.111, 01/03/1932. Disponível em [Matan Ankava, NAS ONDAS DO AUTORITARISMO: O RÁDIO E A DIPLOMACIA PÚBLICA DO DEPARTAMENTO DE PROPAGANDA E DIFUSÃO CULTURAL](https://www2.camara.leg.br/legin/fed/decret/1930-1939/decreto-21111-1-marco-1932-498282-publicacaooriginal-81840-pe.html#:~:text=Aprova%20o%20regulamento%20para%20a,e%204%C2%BA%20do%20decreto%20n. Acesso em 02/02/2024.</p></div><div data-bbox=)

e articulação¹¹. Naquela conjuntura, crescia-se a clareza da importância de reforçar a atuação e gerência governamental sobre o novo meio de comunicação:

Os considerando [sic] que antecedem o presente projeto justificam plenamente a sua aprovação sob o ponto de vista da necessidade do estabelecimento no Brasil de um moderno e eficiente serviço de radiodifusão. Resta, portanto e somente, demonstrar que, não obstante o vulto desse serviço e o elevadíssimo custo de sua aparelhagem, o governo, em vez de sofrer qualquer diminuição nas suas rendas – o que, diga-se de passagem, seria admissível em face das extraordinárias vantagens educacionais, políticas e de toda ordem que oferece a moderna radiodifusão – terá, ao contrário, um considerável aumento na arrecadação aduaneira¹²

Ou seja, para seus defensores, o envolvimento do governo na radiodifusão era visto como fonte econômica, mas, sobretudo, como ferramenta política. Essa posição encontrava-se cristalizada nas palavras de Rosalina Coelho Lisboa, integrante do regime e amiga pessoal de Vargas:

O governo revolucionário, na sua tarefa tremenda, trabalha. Mas trabalha em silêncio. E os milhões de brasileiros que ele dirige não conseguem ver senão esse silêncio, porque em nossos dias, na situação nacional e mundial que estamos, o resultado de todo trabalho não pode ser imediatamente evidente. E o divórcio entre o povo e o governo cresce dia a dia (...) essa situação ameaçou todos os governos revolucionários da América. Na Argentina, a rádio, a serviço da propaganda revolucionária, a está corrigindo. O Chile acaba de pedir que se estude e organize a possibilidade de empregar o rádio para o mesmo fim. Na Alemanha esse serviço garantiu a ditadura¹³

À radiodifusão caberia não apenas informar a população das realizações do governo, mas efetivamente atuar como força de normatização e controle:

¹¹ Sobre o papel das estações Record e Cruzeiro do Sul na chamada “Revolução Constitucionalista” ver TOTA (1990); CALABRE (2002).

¹² CPDOC. Fundo Oswaldo Aranha. OA t Comunicações

¹³ Carta de Rosalina Coelho Lisboa para Getúlio Vargas. Documento RCL c 0000.00.00/09. CP-DOC. A carta não contém data, porém diferentes marcações temporais sugerem que foi escrita entre março de 1933 e julho de 1934.

Um governo que trabalha desdenhoso do julgamento e da compreensão do seu povo, neste século, opondo à sua incompreensão, severidade, e ao seu julgamento, indiferença, trabalha talvez, mas, por melhor que trabalhe, trabalha recuado (...) Na Europa, principalmente na Alemanha, de uma forma antipática mas eficaz na Itália, nos Estados Unidos e na Argentina, os governos têm tomado em conta o perigo dessa nova situação. E então buscam disciplinar o despertar de seus povos, chamando-os às fileiras de uma ação aparentemente em conjunto. As pontes que se utilizavam antes para estabelecer contato entre governo e povo estão condenadas por ineficazes ou viciadas. E, na época moderna, os governos modernos usam de uma arma moderna de aproximação: a rádio.¹⁴

Significativa sob inúmeros aspectos, a carta de Coelho Lisboa expressava a crescente urgência do governo de enfrentar as forças oposicionistas, através da construção e mobilização de uma base de apoio massificada. O rádio serviria assim como um sustentáculo do populismo, naquilo que diz respeito à criação de vínculos diretos entre um líder e as massas, cujo apoio legitimaria a maior – senão completa – autonomia do Executivo. As colocações de Coelho Lisboa também sinalizam para o diálogo travado entre o contexto radiofônico nacional e global, com os integrantes do Governo Provisório atentos às estratégias de propaganda e ao uso da mídia por outros governos.

A atenção para o uso do rádio no exterior correspondia ao crescente entrelaçamento de agentes e transmissões brasileiras e estrangeiras – evidenciando, novamente, o caráter transnacional do setor. Naquele momento, eram companhias privadas que promoveram este movimento: já em junho de 1932, a Companhia Rádio Internacional do Brasil realizou um concurso, convidando diferentes estações locais a irradiar seus programas em ondas curtas, alcançando assim uma projeção internacional. A emissora que melhor aproveitou esses serviços foi a Rádio Clube do Brasil (RCB):

A Rádio Club do Brasil iniciou ontem a retransmissão de 'Hora Estrangeira' com um programa irradiado pela estação oficial da Alemanha e captado nesta capital pela Companhia Rádio Internacional do Brasil. É pensamento da Rádio Club do Brasil retransmitir diariamente programas semelhantes de vários países, para o que já entrou em entendimento com aquela Companhia. Esta iniciativa do Rádio do Brasil provém do resultado das retransmissões experimentais feitas em Junho do ano passado, com o concurso da Rádio Internacional do Brasil e da Companhia Telefônica Brasileira e vem ao encontro dos desejos de um grande número dos nossos radio-ouvintes¹⁵

Assim, num momento no qual o governo ainda agia timidamente no campo radiofônico, eram as próprias emissoras que gerenciavam o setor. Em junho de 1933, por iniciativa de Elba Dias,

¹⁴ Ibidem.

¹⁵ Diário de Notícias, 25/04/1933, p.9

diretor da RCB, foi fundada a Confederação Brasileira de Radiodifusão, congregando 14 estações cariocas, incluindo a mais antiga, Rádio Sociedade do Rio de Janeiro, e a mais popular, a Mayrink Veiga. Além de realizar transmissões em cadeia, “com a qual pretende demonstrar a possibilidade da rede nacional” – meta definida no Decreto 21.111 –, uma das primeiras ações da entidade foi montar uma comissão de censura, que fiscalizaria as transmissões¹⁶. Se, por um lado, as iniciativas das emissoras privadas indica as limitações do governo, é preciso reconhecer também que essas entidades atuam próximo e de acordo com os planos governamentais, botando em prática as diretrizes formuladas na legislação.

Talvez o exemplo mais claro das afinidades entre as emissoras e o regime foi o lançamento da *Voz do Brasil*, primeiro jornal falado do país, também produzido pela Rádio Clube do Brasil, que estreou no dia 01/11/1933. Mesmo operando comercialmente, os dirigentes da emissora defendiam suas condutas em diálogo com as políticas do governo:

A ideia da criação da Voz do Brasil não podia ser mais feliz. Ela é, sobretudo, patriótica. Pretende levar aos nossos patrícios disseminados pela infinita vastidão da pátria brasileira uma palavra de conforto que os anime diante do isolamento em que vivem dentro da própria casa, em matéria de radiotelegrafia. É um grito de estímulo que PRA 3 lança aos interessados no assunto, para que o problema da radiodifusão encontre uma breve solução que permita a libertação desses nossos patrícios da influência estrangeira. Vivem, na pátria, isolados da sua Metrópole e dos maiores centros de cultura e civilização, e, no mais estreito contato com o estrangeiro, que lhes desnacionalizará as melhores qualidades¹⁷

A carta traz claros indícios de um volume significativo de programas vindos do exterior, ao ponto de ameaçar uma “desnacionalização” das regiões não atingidas pelas ondas das emissoras do Distrito Federal. Assim, a busca por promover “a integração nacional pelas ondas” combatia não apenas os regionalismos, mas também reagia à crescente presença estrangeira no éter¹⁸. Também essa produção contou com a parceria da Rádio Internacional do Brasil: “lá fora, além de nossas fronteiras, receptores de rádio precisam também de ser influenciados pelas ondas harmoniosas destas plagas benfazejas e acolhedoras. Aqui estamos para realizar esta obra”, afirmou Elba Dias, então diretor técnico da Rádio Clube, quando foi lançado o programa¹⁹.

¹⁶ *Correio da Manhã*, 21/06/1933 e 18/07/1933.

¹⁷ Carta da direção da Rádio Club do Brasil a Oswaldo Aranha, CPDOC - OA cp 33.11.18.

¹⁸ GURGUEIRA, Fernando. *A integração nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo*. Dissertação de Mestrado, Departamento de História (USP), 1995.

¹⁹ *O Jornal*, 05/08/1934

O governo tomando a dianteira

Em maio de 1934 foi finalmente lançada a produção concebida no Decreto de 1932:

Criado por iniciativa do Sr. Chefe do Governo Provisório, desde o início de suas irradiações, quer em ondas médias, quer em ondas curtas, para o exterior – em francês, inglês, espanhol e alemão –, considerando como ponto essencial da nossa propaganda as questões econômicas que interessam ao país (...) comentando, como é de sua finalidade, os atos da administração, de modo a torná-los do conhecimento público, o 'Programa Nacional' há de referir-se, forçosamente, a tudo quanto se passa no Brasil, sem preferência ou má vontade para com qualquer unidade da Federação, nivelando-as todas no mesmo cuidado com que é feito o exame para a respectiva divulgação dos atos de interesse geral²⁰.

156

Também dirigida por Salles Filho, o *Programa Nacional* procurava agir tanto na arena nacional, quanto no exterior: logo após seu lançamento, o Ministério das Relações Exteriores repassou uma circular averiguando a recepção da audição, recebendo respostas afirmativas de escritórios e funcionários localizados em diferentes cidades na América e na Europa²¹. Neste sentido, o *Programa Nacional* representou um marco no uso do rádio como instrumento de diplomacia pública, estabelecendo o serviço como prática institucional e contínua.

Uma carta de Ronald de Carvalho, então secretário de Vargas, a Salles Filho exaltava a repercussão internacional da produção e suas contribuições para a imagem do país no estrangeiro:

Tantas e tais são as demonstrações que tenho recebido, de todos os quadrantes, acerca dos resultados colhidos pelo serviço de radiodifusão, que me sinto, em verdade, no dever de lhe enviar os meus parabéns pelo brilho do seu trabalho em favor do Brasil e de sua cultura, dentro e fora do país. De vários colegas meus, na Ásia, na América e na Europa, tenho cartas de louvor à inteligente campanha de propaganda nacional, realizada pelo organismo que V. dirige admiravelmente²²

Entre os países interessados nas transmissões brasileiras destacava-se a Alemanha. Um telegrama enviado do *Funkhaus*, o “Conselho de Programas de Berlim”, a Salles Filho constata que “grande impressão” causou ontem irradiação em alemão. Discurso do ministro alemão, otimamente audível, transmitido pelas rádios alemãs. Alegar-nos-íamos encetar troca de

²⁰ Correspondência entre Francisco Salles Filho e Francisco Campos. BR AN, Rio - 4T, Fundo MJNI, caixa 287

²¹ Telegramas recebidos entre julho e outubro de 1934. Entre as cidades dos remetentes encontravam-se: Rio de Janeiro, São Paulo, Manaus, Belém, Corumbá, Assunção, Montevidéu, Rosário, Santiago, Valparaíso, Nova Orleans, Filadélfia, Las Palmas, Cadiz, Varsóvia, Berlim. BR AN, Rio - 4T, Fundo MJNI, caixa 287

²² BR AN, Rio - 4T, Fundo MJNI, caixa 287. 08/10/1934

programas com seu serviço”²³. O comunicado foi divulgado para diferentes órgãos, recebendo elogios à realização, e também ao regime alemão²⁴. Enquanto elaborava sua cooperação com o governo brasileiro, a emissora alemã D.J.A irradiava quatro horas diárias para a América do Sul, incluindo conteúdos em português e espanhol.

Junto à Alemanha, também a Itália foi ganhando espaço no éter brasileiro, através da emissora estatal *Ente Italiano per le Audizioni Radiofoniche* (EIAR). À favor desta presença estava a centralização do rádio no país – promovida após a tomada do poder pelo Partido Fascista, em 1922 – e a grande comunidade italiana presente no Brasil. Em 1934, a EIAR contava com duas irradiações semanais dirigidas ao Brasil através de ondas curtas, disseminando no país as mensagens do fascismo. Um reclame jornalístico da filial brasileira da RCA-Victor – importante empresa norte-americana do setor de eletrônicos – perguntava aos leitores “por que motivo V.S., além das nossas, não ouve as estações de onda curta do mundo inteiro, entre as quais a apreciada estação italiana, pela qual se fazem ouvir os seus artistas, as suas personalidades e até o próprio ‘Duce’”?²⁵.

Enquanto se fazia ouvir no éter nacional, as máquinas de propaganda do totalitarismo europeu seguiram encantando os integrantes do regime varguista:

De Zurich segui para Berlim, com Aimée, tencionando passar somente dois ou 3 dias; . mas tomando informações sobre o Ministério da Propaganda, tão interessante me pareceu a sua organização, que fiquei oito dias, coligindo notas e, principalmente, cópia da moderna legislação alemã sobre trabalho, propaganda etc. após o advento do governo nacional-socialista, senhor absoluto da Alemanha em todos os ramos de atividade do país (...) o que mais me impressionou em Berlim foi a propaganda sistemática [e] metodizada do governo e do sistema de governo nacional socialista (...) a organização do M. [ministério] da Propaganda fascina tanto, que eu me permito sugerir a criação de uma miniatura dele no Brasil (...) A Alemanha, além das outras todas, leva-nos a vantagem de ter um governo praticamente ditatorial, com jurisdição sobre todas as circunscrições do país, que joga com as quantias necessárias, verbas secretas, livre admissão e demissão dos funcionários, etc., etc. Mas, com todos os tropeços que se nos deparam, devemos ensaiar a adoção dos métodos modernos de administração, de órgão de ação pronta e eficaz, experimentados em outros países.²⁶

Oficial-de-gabinete da Secretaria da Presidência da República, Simões Lopes exaltava a comunicação do governo nazista, sem qualquer menção às violências que proferia e cometia.

²³ BR AN, Rio - 4T, Fundo MJNI, caixa 287. 22/09/1934

²⁴ Telegrama Herbert Moses, presidente ABI, a Salles Filho. 27/09/1934. BR AN, Rio - 4T, Fundo MJNI, caixa 287

²⁵ *Careta*, 30/06/1934

²⁶ Carta de Luís Simões Lopes a GV. GC g 1934.09.22

Ao contrário, via sua propaganda como exemplo de um governança “moderna” – uma verdadeira palavra de ordem no Brasil dos anos 1930, e particularmente do varguismo. Necessários para fazer progredir o Brasil, o rádio, o cinema, e a imprensa deveriam todos convergir para possibilitar ao governo administração pública alcançar este patamar de administração e controle – mesmo sem usufruir das “vantagens de ter um governo praticamente ditatorial”...

A mesma necessidade foi colocada também por Oswaldo Aranha. Observando o acirramento das tensões naquele continente, defendia que “chegando o momento trágico, que parece aproximar-se, seja o Brasil um refúgio para o trabalho e o capital”. Para tal, era necessário inverter o quadro que encontrava em sua viagem para a Europa:

Do Brasil, Getúlio, nenhuma notícia! Argentina manda boletins diários de sua vida. A Itália, esta faz a propaganda de tudo, destacando a ação e a figura do Duce. Precisas (cuidar?) desses aspectos, alargando a ação da Rádio, espalhando um noticiário similar ao desses e de todos os países. Precisas começar uma propaganda do país e do governo, sem o que iremos perdendo cada dia mais terreno, econômico e politicamente.²⁷

O órgão destinado a atender à demanda colocada por Lopes e Aranha havia sido criado pouco tempo antes, em julho de 1934 – menos de uma semana antes da promulgação da nova Constituição. Batizado de Departamento de Propaganda e Difusão Cultural (DPDC), representava um verdadeiro salto na gerência do Estado sobre o campo das comunicações e a formação da opinião pública.

As funções do novo órgão e sua subordinação ao Ministério da Justiça geraram tensões no Ministério da Educação:

Este decreto [24.651] fere fundo o Ministério da Educação. Tirando lhe uma parcela de serviços, pequena, mas importante, que não pode deixar de pertencer-lhe (...) dando-se execução ao decreto n.24.651, o Ministério da Justiça passará a ter uma grande parte na função educativa do Estado, o que virá colocar o Ministério da Educação numa posição constringedora, ocasionando frequentes conflitos de atribuições entre os dois Ministérios.²⁸

Mesmo que a disputa tenha sido posta em termos burocráticos, o comunicado feito a Capanema indica o deslocamento da propaganda do campo pedagógico para a esfera da Ordem e da ação

²⁷ Carta de Oswaldo Aranha a Getúlio Vargas, 01/09/1934. CPDOC, GV c 1934.09.01/1.

²⁸ Carta não assinada, destinada a Gustavo Capanema, s/d. CPDOC, GC g 1936.12.00

penal. Escrevendo a Vargas, Ronald de Carvalho via no DPDC um instrumento na contenção e cooptação da intelectualidade – a quem conhecia intimamente²⁹:

Tendo eu a ventura de conhecer o seu pensamento em relação aos nossos problemas intelectuais, permito-me encarecer a Vossa Excelência a necessidade de organizar, quanto antes, a Inteligência Brasileira. O instrumento já está criado. Esse Departamento Nacional de Cultura e Radiodifusão, que é obra exclusiva do seu interesse pelo desenvolvimento mental e moral do nosso povo, está fadado a uma finalidade realmente superior. Vossa Excelência poderá transformá-lo num organismo de cultura, no sentido germânico da expressão. Dirigido por um grande cérebro e agrupando um núcleo selecionado de escritores dedicados aos assuntos de propaganda racional do país, o Departamento constituirá uma arma poderosa ao serviço da unidade espiritual do Brasil. Aos faiscadores de ouro, que as leis da Ditadura suscitaram, incorpore Vossa Excelência, com a sabedoria que inspira os seus atos, os faiscadores da inteligência (...) há, neste Rio de Janeiro de sábios e maldizentes, numerosos elementos ainda desaproveitados, cuja cultura, por falta de estímulo do Estado, se transforma, ao cabo, em luxo voluptuoso da inteligência, em prazer refinado ou, então, em precipitados de ódio, irritação e revolta³⁰

Não obstante, o principal sentido da atuação do novo órgão estava na esfera das massas, atendendo aos ideários sociopolíticos do seu diretor, Lourival Fontes, verdadeiro admirador de Mussolini e do fascismo. Como diretor e publicista da revista *Hierarchia*, lançada em agosto de 1931, publicou continuamente textos que exaltavam as qualidades do regime italiano, fazendo repetidas apologias a favor do modelo totalitário:

É que, no momento em que a crise industrial se estende com seus tremendos corolários de anarquia e de miséria, em que as classes se erguem como forças antissociais, em que a vida dos indivíduos adquiriu o sentido de tragédia, os ventos de dispersão agitam as consciências, o assalto dos instintos se levanta contra todos os símbolos de pátria, de religião, de propriedade, de hierarquia e de disciplina, ameaçando subverter o patrimônio acumulado em vinte séculos de história, só os povos suicidas que perderam a capacidade de resistência ou se desmoralizaram na inação e na renúncia não chegam à compreensão de que somente na potência do Estado, na sua supremacia e superioridade de fins, na sua força disciplinadora e coordenadora, na sua soberania sem contrastes, residem a tutela e a proteção dos direitos, à paz social, a justiça entre as classes, a felicidade e o bem-estar dos cidadãos³¹

Sob o novo diretor, do DPDC assinou o primeiro acordo de cooperação radiofônica internacional:

²⁹ Antes de, e paralelamente, à sua atuação diplomática, Ronald de Carvalho foi um poeta, com participação importante nos círculos modernistas, incluindo na organização da Semana de Arte Moderna, em 1922.

³⁰ Carta de Ronald de Carvalho a Getúlio Vargas, 08/12/1934. CPDOC, GV c 1934.12.08/2.

³¹ *Hierarchia*, n.1, Agosto de 1931.

Foi ontem inaugurada a permuta de programas entre o Brasil e a Alemanha, destinada a dar a conhecer aos dois países fatos econômicos e financeiros que interessam o respectivo intercâmbio. Precedido de [sic] um discurso do ministro do Brasil da Alemanha, nitidamente ouvido nesta Capital e nos Estados, e de notável oração do ministro Alemão no Brasil, o ato revestiu-se de grande significação. O Programa Nacional reivindica a primazia de permuta sistêmica diária de programa entre as duas nações. Estou certo de que o eminente confrade há de reconhecer o alto valor da iniciativa que tanto vem contribuir para a propaganda do nosso país e que assinalará ao Programa Nacional a elevada finalidade, do ponto de vista do nossos interesses econômicos e financeiros³²

Assim, a participação das emissoras alemãs no éter brasileiro ganhou um novo reforço, desta vez oficial e de longo prazo.

As tensões sociopolíticas que se acirraram após a Constituição de 1934 pressionaram o governo a reforçar seu controle sobre os meios de comunicação e sua propaganda política. Em abril, o governo sancionou a Lei de Segurança Nacional (LSN), ampliando a aparência legal de sua repressão. No decreto constavam artigos específicos para os meios de comunicação, que permitiam o fechamento de jornais e estações radiofônicas e a prisão dos seus integrantes. A garantia da LSN foi confiada diretamente às polícias estaduais, em particular àquela do Distrito Federal, comandada por Filinto Muller, verdadeiro admirador do nazismo e ator-chave na arquitetura do “mundo da violência” que se encontrava em estruturação³³. José Pitta de Castro, nomeado como Chefe da Censura, afirmou em entrevista que será reforçada a fiscalização das emissoras, exercendo “um policiamento, a bem da moral e dos bons costumes”.³⁴ Ao próprio DPDC também couberam funções de censura, formando assim uma rede de agentes responsável pelo cerceamento da produção radiofônica e do debate público.

Paralelamente à repressão, o governo promoveu também uma série de mudanças no *Programa Nacional*, cuja impopularidade lhe rendeu o apelido de “fala sozinho”. A coordenação da Seção de Rádio foi entregue a Ilka Labarthe, jornalista e escritora ativista em prol de pautas o feminismo e o pacifismo³⁵. Labarthe é mais um exemplo da capacidade de acomodação do governo varguista, que em todas as suas etapas soube integrar figuras do campo progressista.³⁶

³² *Gazeta de Notícias*, 13/03/1935, p.12

³³ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas*, Editora UnB, 1993.

³⁴ *Gazeta de Notícias*, 04/09/1935, p.10

³⁵ COELHO, Patrícia. A rádio educação no Brasil e o culto ao pacifismo (1919-1939). *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.2, p.539-553, mai.-ago. 2017. DOI: 10.14393/che-v16n2-2017-13. Acesso em 22/04/2024.

³⁶ Sobre as relações entre intelectuais de esquerda e o regime varguista ver SCHWARTZMAN (et. al), *Tempos de Capanema*, São Paulo: Edusp, 1984. VELLOSO, Mônica Pimenta. Os Intelectuais e a Política Cultural do Estado Novo. *Revista de Sociologia e Política*, [S.l.], n. 09, p. 57-74, dez. 1997. ISSN 1678-9873. Disponível em: <<https://revistas.ufpr.br/rsp/article/view/39298>>. Acesso em: 23 maio 2024.

– tanto para cercear suas ações, quanto para reforçar sua legitimidade e aparência democrática. Em contrapartida, para o cargo de redator-geral foi contratado Genolino Amado, um dos principais radialistas da época, que também apresentava afinidades com o autoritarismo.³⁷ Três sentidos gerais da reestruturação merecem ênfase particular: primeiro, orientação mais popular da audição, expressa na integração de conteúdos como música popular e esporte; segundo, maior aproximação das emissoras comerciais; terceiro, reforço da projeção internacional, dedicando diariamente 15 minutos, um quarto do programa, para irradiações em língua estrangeira. O idioma variava de acordo com o dia, entre inglês, francês, alemão, italiano, espanhol e esperanto³⁸ – composição que evidencia a pretensão do governo de se fazer ouvir em diversas regiões do mundo.

Após uma breve interrupção para essa reestruturação, a hora radiofônica do DPDC voltou ao ar no dia 23/07/1935, batizada agora com o nome *Hora do Brasil*. Em entrevista, Fontes deixou claro seus referenciais para o órgão que dirigia:

Visa [o DPDC] a articulação de todos os meios de propaganda externa. O que se pensa fazer é o que fizeram a Alemanha e a Itália, criando os seus serviços de propaganda. Um magnífico modelo apresenta os nossos irmãos do grande e culto Portugal com o seu Secretariado de Propaganda. A França recentemente estabeleceu idêntico serviço criando um serviço tão autônomo que eles chamam o seu diretor de Ditador da Propaganda³⁹

Junto aos modelos estrangeiros, as diretrizes do DPDC correspondiam também aos discursos formulados pelas lideranças conservadoras no país. Em conferência proferida em maio de 1935, Francisco Campos, então Consultor-geral da República, expunha suas percepções sobre o papel das comunicações modernas:

³⁷ Como exemplo de sua ideologia autoritária, consta a nomeação de Amado como diretor da “Comissão de Doutrina e Divulgação do Regime”, estabelecida por Francisco Campos após a decretação do Estado Novo.

³⁸ *Gazeta de Notícias*, 21/07/1935, p.17

³⁹ *Gazeta de Notícias*, 20/11/1935, p.4

As prodigiosas conquistas científicas e técnicas, que costumam ser um dos temas preferidos do otimismo beato, nas suas exaltadas esperanças em relação à espécie humana e ao seu aperfeiçoamento moral e político, conferiram ao império do irracional poderes verdadeiramente extraordinários, mágicos ou surpreendentes (...) é possível hoje, com efeito, e é o que acontece, transformar a tranquila opinião pública do século passado em um estado de delírio ou de alucinação coletiva, mediante os instrumentos de propagação, de intensificação e de contágio de emoções, tornados possíveis, precisamente graças ao progresso que nos deu a imprensa de grande tiragem, a radiodifusão, o cinema, os recentes processos de comunicação que conferem ao homem um dom aproximado ao da ubiqüidade, e, dentro em pouco, a televisão, tornando possível a nossa presença simultânea em diferentes pontos de espaço. Não é necessário o contato físico para que haja multidão⁴⁰.

O discurso de Campos rompia com os pressupostos das elites que via no progresso tecnológico uma força de avanço social – uma alusão que abarcava justamente propostas como as da Rádio Sociedade. Criticando a ingenuidade dessas perspectivas, o ministro defendeu que é por meio da emoção, e não da razão, que os novos meios de comunicação melhor influenciam a mentalidade das massas e, por conseguinte, a organização sociopolítica. Atrelando a entrada das multidões na cena política – resultado direto da massificação cultural – ao esfacelamento da democracia liberal, denunciava as limitações deste modelo estatal, anunciando a necessidade de sua superação – e prenunciando o golpe que estava por vir.

Percebe-se, portanto, que desde sua fase “constitucional” o governo varguista vinha buscando, com intensidade e extensão inéditas, empregar as comunicações massivas, e particularmente a radiodifusão, na estruturação de uma ideologia autoritária: “a propaganda era um dos pilares deste domínio porque fundamentava a credulidade (...) e a doutrinação era outro dos pilares porque é, por essência, o estado mais radical da propaganda, quando não é mais necessário recorrer a técnicas de persuasão”.⁴¹

O desenvolvimento das parcerias radiofônicas acompanhava esta direção, com um acordo formal assinado com a EIAR em fevereiro de 1936. Em sua maioria, os conteúdos desses intercâmbios foram produções musicais, em que a escolha dos artistas e repertórios, tanto clássicos quanto populares, permitia ao governo impulsionar os artistas que correspondiam a seus valores. Ao mesmo tempo, as transmissões ofereciam oportunidades para divulgação de outros conteúdos, de peso político mais explícito:

⁴⁰ CAMPOS, Francisco. A política e o nosso tempo, Conferência no salão da Escola de Belas-Artes, em 28 de setembro de 1935. Em: CAMPOS, F. *O Estado Nacional*. Brasília : Senado Federal, Conselho Editorial, 2001. p.31.

⁴¹ CANCELLI, Elizabeth. *O Mundo da Violência: a polícia da era Vargas*, Editora UnB, 1993. p.35

Há algum tempo, entretanto, e de acordo com uma combinação feita, o departamento além do programa de músicas, começou a irradiar uma intensa propaganda do café brasileiro, além de assuntos que visam atrair a atenção das correntes turísticas para o Brasil. Da mesma forma, o Ministério da Imprensa e Propaganda da Alemanha ficou com liberdade de incluir nos seus programas a propaganda que lhe parece melhor⁴²

Nesta linha, é possível mencionar casos como a palestra radiofônica da autora e jornalista alemã Louise Diel, colaboradora dos regimes nazista e fascista, quando de sua visita ao Rio de Janeiro⁴³; os discursos de Mussolini e do rei Vittorio Emanuele III, proferidos durante o Grande Conselho Fascista⁴⁴; ou a participação do Diretor de Turismo do Reich, Hans Winter, em visita no país⁴⁵. São apenas alguns de diversos casos nos quais os microfones da *Hora do Brasil* abriram espaço para discursos e mensagens de figuras ligadas direto e intimamente ao nazifascismo, firmando assim a diplomacia pública entre os países, e transformando o canal oficial de maior difusão do varguismo em um verdadeiro porta-voz do totalitarismo europeu. A intensidade do intercâmbio, e o interesse nazista de conquistar espaço no éter brasileiro levar seu serviço oficial, o *Reichs Rundfunk Gesellschaft*, criar uma repartição específica para o Brasil⁴⁶.

Não era apenas por meio do DPDC que o regime nazista alcançava a população brasileira. Em março de 1935, foi lançada no país a revista mensal *D.J.N Rádio*, com seu primeiro número publicado em março de 1935. Publicado pela Editora Aurora Alemã (*Verlag Deutscher Morgen*), somava-se a outras produções da editora, órgão oficial do governo alemão no Brasil⁴⁷. Com matérias no alemão e no português, o periódico trazia conteúdos variados: mensagens de lideranças nazistas, artigos sobre a transmissão radiofônica, ilustrações de edifícios e paisagens do país germânico, anúncios publicitários e uma programação detalhada das irradiações da emissora DJN para o Brasil. Como revela a análise das edições, a *D.J.N Rádio* atuava tanto no sentido de divulgar a cultura germânica – leia-se, aquela anterior ao

⁴² *Jornal do Brasil*, 23/01/1937

⁴³ *Gazeta de Notícias*, 15/04/1936. Atingindo grande popularidade durante a República de Weimar, Louise Diel (1893–1967) expressou franca admiração pelo fascismo, tendo sido convidada por Mussolini a relatar a experiência da colonização italiana na África. Apesar de apresentar divergências com o nazismo, sobretudo em relação ao lugar social da mulher, atuou próximo ao governo hitlerista (ROUBINK, 2014).

⁴⁴ *Gazeta de Notícias*, 22/07/1937, p.5.

⁴⁵ *Diário de Notícias*, 28/01/1938, p.3

⁴⁶ *Correio da Manhã*, 24/01/1936. Fundada em 1925, a *Reichs Rundfunk Gesellschaft* foi uma rede de emissoras regionais, estatizada pelo governo hitlerista em 1934.

⁴⁷ Sobre a editora *Deutscher Morgen*, ligada ao Partido Nazista no Brasil, ver Dietrich (2007)

regime nazista, e até mesmo à unificação do país –, quanto na exposição da Alemanha contemporânea, sob o governo e ideologia hitleristas⁴⁸. Nesta última missão, destacava-se a pretensão de expor um novo ideal de nação: “o surgimento de qualquer comunidade exige a superação da liberdade ilimitada do indivíduo em prol da aceitação de deveres e responsabilidades associativas para o bem coletivo”⁴⁹. Por meio deste tipo de discurso, o partido nazista procurou colocar em xeque o modelo da democracia liberal, contrapondo a ele um regime que priorizaria o coletivo, e não as liberdades individuais.

A imprensa local relatava entusiasmada o desenvolvimento dessas relações, ecoando e favorecendo essas parcerias:

O intercâmbio radiofônico do Brasil com outros países torna-se cada vez mais intenso, graças à ação do Departamento Nacional de Propaganda. Depois de formar combinação com os Ministérios da Imprensa e Propaganda da Alemanha e da Itália, e ainda promover numerosas retransmissões em outros países (...) como se vê, conquanto não possua ainda o Departamento Nacional de Propaganda a sua seção de rádio com um aparelhamento suficiente para atender à maior volume de transmissões, uma vez que nem mesmo possui estação emissora própria, vem todavia prestando inestimáveis serviços na divulgação da música e de fatos que interessam a nossa propaganda no Exterior⁵⁰

O recorte sintetizava a produção radiofônica do DPDC: uma polifonia de vozes estrangeiras, inclusive de países como a Inglaterra e os EUA, onde predominava, todavia, o elemento nazi-fascista.

Em janeiro de 1937, o DPDC e o governo nazista assinaram um novo intercâmbio, de noticiário radiofônico semanal, com uma hora de duração. Celebrando junto a Fontes a inauguração do programa, o embaixador alemão falou aos microfones do Departamento:

⁴⁸ O acervo do CPDOC contém dez números da Revista, datados entre janeiro de 1937 e julho de 1938. CPDOC, R968.

⁴⁹ *DJN Rádio*, Janeiro/1937. CPDOC, R968.

⁵⁰ *Gazeta de Notícias*, 28/04/1936, p.8

O intercâmbio radiofônico entre o Brasil e a Alemanha há muito tempo constitui um fator importante nas relações que mantêm entre si esses dois países. Não passa uma semana que não haja um diálogo por via [do] éter entre as duas Nações, seja que personalidades brasileiras e alemãs falam da Alemanha para o Brasil ou do Brasil para a Alemanha, seja que o Departamento de Propaganda retransmita programas da Alemanha ou a Reichs Rundfunk Gesellschaft do Brasil (...) Essas transmissões concorrerão para aprofundar os conhecimentos entre as duas Nações, reforçando a ponte que o rádio entre elas construiu solidariamente. Congratulando-me com o iniciador desse novo intercâmbio, espero que todas essas transmissões tenham o mesmo sucesso que as anteriores e declaram inaugurado o serviço noticioso radiofônico entre o Brasil e a Alemanha – Heil Hitler⁵¹

Em agosto de 1937, Lourival Fontes e Ilka Labarthe foram condecorados pelas autoridades italianas. Desta forma, em um momento no qual a tensão na Europa já se mostrava latente, e a guerra já se desenhava no horizonte, essas políticas culturais mostravam um alinhamento claro e, sobretudo, institucional com o totalitarismo. Antecedendo o golpe do Estado Novo, mas já em um momento marcado pelo cerceamento de direitos e liberdades, a circulação deste tipo de discurso certamente convinha ao regime varguista.

Considerações finais

Não são necessários vetores de definição do conceito de fascismo (partido único, militarismo, imperialismo etc.) para entender a Era Vargas. Uma leitura refinada da documentação, teórica e empiricamente aliada à distância que nos dá o tempo, mostra-nos caminhos⁵²

Vê-se, portanto, que o desenvolvimento do universo radiofônico no Brasil ao longo dos anos 1930, foi intimamente ligado às forças e dinâmicas internacionais que atuaram no setor, em particular, e no jogo político internacional, em geral. O novo meio de comunicação se mostrou como um instrumento privilegiado para o incremento da propaganda e da diplomacia pública, e foi amplamente utilizado pelo Departamento de Propaganda e Difusão Cultural, para aproximar-se dos regimes totalitários da Europa. Os intercâmbios continuaram depois da decretação do Estado Novo, trazendo à *Hora do Brasil* o próprio filho de Mussolini, quando participou da visita de um grupo de aviadores italianos no país.⁵³

O governo estadunidense conhecia essas relações, e reconhecia a eficiência da propaganda radiofônica alemã na América Latina:

⁵¹ *Jornal do Brasil*, 19/02/1937, p.11

⁵² CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: falas da História. Estudos Históricos. 33 (71) • Sep-Dec 2020 • <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300002>

⁵³ *Diário de Notícias*, 28/01/1938, p.3

An effective method of propaganda in favor of National Socialism is provided by shortwave broadcasts to South America in the Spanish and Portuguese languages, as well as in Germany. These broadcasts represent a carefully prepared endeavor to familiarize listeners with the achievements of National-Socialism in practically every field of human activity. These achievements portrayed the new world outlook guiding the German nation in contrast with the 'antiquated mentality' of the western nations.⁵⁴

Temendo os efeitos dessas relações, e interessado em garantir a sua hegemonia no continente, os EUA começaram uma verdadeira investida sobre os demais países americanos – cultural e econômica, e não militar. O Brasil foi o principal alvo dessa missão, fato explicado por fatores objetivos, como sua extensão territorial, posição geográfica e recursos naturais, mas também pelas relações e afinidades do regime e muitos dos seus principais integrantes com as ideologias nazi-fascistas.

Irônico – e tragicamente –, o alinhamento com os EUA e o bloco democrático no plano das relações exteriores não correspondia aos movimentos experienciados no contexto local. No campo radiofônico, a decretação do Estado Novo foi seguido pela criação do DIP, em 1939, e a estatização da Rádio Nacional, que consolidaram os componentes autoritários gestados nos anos anteriores. Sob muitos aspectos, o DPDC pode ser visto como um protótipo do DIP; tão similar que nem era necessário trocar a direção, que seguia nas mãos de Lourival Fontes, desde o golpe de 1937 diretamente subordinado ao ministro Francisco Campos.

Assim, percebe-se que a decisão do governo norte-americano de reforçar suas relações com Vargas e, conseqüentemente, cancelar a legitimidade da ditadura estadonovista foi fundamental para a fortificação do regime. Ao mesmo tempo, as estruturas e agentes responsáveis pela repressão e propaganda, teriam suas raízes em discursos e estratégias meticulosamente construídas logo após a ascensão de Vargas, e aprimoradas conforme os arranjos do tabuleiro político, local e global. Próximo da Alemanha ou dos EUA o rádio servia sempre para (re)produzir o controle do poder, surfando nas ondas do autoritarismo...

⁵⁴ 'German propaganda and its penetrating influences', 15/06/1938, RG 60, entry SWPU, box 8 (Special war policies unit) A1 293-D Box 8

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AHR Conversation: On Transnational History. *The American Historical Review*, vol. 111, no. 5, 2006, pp. 1441–64. JSTOR, <https://doi.org/10.1086/ahr.111.5.1441>

CALABRE, Lia. No Tempo do Rádio: Radiodifusão e Cotidiano no Brasil. 1923 - 1960. Tese de Doutorado, Departamento de História – UFF.

CALABRE, Lia. Políticas Públicas culturais de 1924-1945: o rádio em destaque. *Estudos Históricos*, 2003.

CANCELLI, Elizabeth. *O Mondu da Violência: a polícia da era Vargas*. Brasília: Editora UnB, 1993.

CANCELLI, Elizabeth. A leniência e Vargas: falas da História. *Estudos Históricos*. 33 (71) • Sep-Dec 2020 • <https://doi.org/10.1590/S2178-14942020000300002>

DIETRICH, Ana Maria. *Nazismo tropical? O partido Nazista no Brasil* [doi:10.11606/T.8.2007.tde-10072007-113709]. São Paulo : Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, 2007. Tese de Doutorado em História Social

COELHO, Patrícia. A radioeducação no Brasil e o culto ao pacifismo (1919-1939). *Cadernos de História da Educação*, v.16, n.2, p.539-553, mai.-ago. 2017. DOI: 10.14393/che-v16n2-2017-13.

FERRARETTO, Luiz A. De 1919 a 1923, os primeiros momentos do rádio no Brasil *Revista Brasileira de História da Mídia (RBHM)* - v.3, n.1, jan.2014-jun/2014 - ISSN 2238-5126

GURGUEIRA, Fernando. A integração nacional pelas ondas: o rádio no Estado Novo. Dissertação de Mestrado, Departamento de História (USP), 1995.

LEVINE, Robert M. *O regime de Vargas : os anos críticos, 1934-1938*. Rio de Janeiro : Nova Fronteira, 1980.

SOUZA, José I. de M. *O Estado contra os meios de comunicação, 1889-1945*. São Paulo: FAPESP; Annablume, 2003

TOTA, Antônio P. *A locomotiva no ar: rádio e modernidade em São Paulo, 1924-1934*. São Paulo: Secretaria de estado da cultura, 1990

Data de Submissão: 26/05/2024

Data da Avaliação: 29/07/2024

